

# Uma política da educação profissional para o Brasil, no final do século XX: a perspectiva dos trabalhadores

## Elements for a professional policy for Brazil at the end of this century: the worker's perspective

*Olgamir Francisco de Carvalho\**

### Resumo

Este estudo buscou identificar, na perspectiva dos trabalhadores, os elementos fundamentais para uma política de educação profissional para o Brasil neste final de século, no âmbito da educação formal, em especial, no nível médio de ensino. Tais elementos constituem o núcleo consensual das propostas das entidades de trabalhadores e foram aqui denominados de educação do trabalho. A educação do trabalho é parte integrante de um projeto social contra-hegemônico. Essa compreensão é possibilitada porque os trabalhadores são vistos neste estudo sob uma dupla perspectiva: de classe e das entidades que os representam, e o seu protagonismo é defendido no processo de construção e implementação da política educativa aí inserida, a educação profissional, como forma de disputar ética e politicamente a sua direção. As análises empreendidas neste estudo tiveram como referência as transformações atuais no mundo do trabalho e as demandas educativas resultantes desse processo.

**Palavras-chave:** Trabalho. Educação. Educação profissional. Educação formal.

---

\* Doutora. Departamento de Teoria e Fundamentos, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasil.  
E-mail: olgamirc@unb.br

## Abstract

The purpose of this study is to identify, from the workers' perspective, the fundamental elements for a professional education policy for Brazil at the end of this century, in the context of formal education, especially at the secondary school level. These elements constitute the consensual nucleus of the proposals of workers' entities and are here named work education. The workers are seen in this study from a double perspective: from the class and from the entities that represent them, and their leading role is defined in the process of construction and implementation of the educational policy, hereby inserted, professional education as a form of disputing ethically and politically its direction. The analyses undertaken in this study have as reference the actual changes in the workers's world and the educational demands resulting from this process.

**Key words:** Worker. Education. Professional education. Formal education.

## Introdução

Este artigo é produto de investigação realizada em minha tese de doutorado, junto à Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP<sup>1</sup>, e buscou identificar, na perspectiva dos trabalhadores, os elementos fundamentais para uma política de educação profissional para o Brasil neste final de século, no âmbito da educação formal, em especial, no nível médio do ensino.

O estudo tomou como universo de investigação entidades de trabalhadores, selecionadas numa amostra intencional, utilizando-se os critérios de representatividade e heterogeneidade. Com isto buscou-se, de um lado, representar os diferentes setores da economia, em nível nacional, e, de outro, assegurar a presença de entidades que representam distintos agrupamentos político-sindicais.<sup>2</sup>

Tendo em vista as mudanças no capitalismo contemporâneo no que tange ao mundo do trabalho, este estudo levanta a pressuposição de que as *novas opções tecnológicas e organizacionais (novo paradigma técnico-econômico) portam, diferentemente das mudanças técnicas ocorridas no momento histórico anterior (paradigma tayloristafordista), possibilidades de reverter as condições de qualificação dos trabalhadores, e a educação formal desempenha papel decisivo neste processo.*

Isto posto, a questão central para este estudo foi buscar subjacente às propostas educativas das entidades, os elementos comuns para se tecer uma

política de educação profissional, que aqui foi denominada de educação do trabalho. O consenso construído a partir da análise das propostas traduziu-se em seis elementos, que constituem o núcleo central dessa política. Isto não implicou, no entanto, em anulação das diferentes perspectivas políticas, setoriais ou ideológicas das entidades, mas, ao contrário, foi considerado uma estratégia que permite avançar na direção da transformação social.

### **A política de educação profissional deve ter a participação dos trabalhadores em sua concepção e implementação**

Este princípio é um dos elementos fundamentais na definição da política referida e dá sentido e inteligibilidade aos demais. Ele diz respeito à consciência por parte das entidades da necessidade da elaboração dessa política pública e qual deve ser o papel dos diferentes atores sociais nesse processo.

Os trabalhadores brasileiros defendem a necessidade de elaboração e implementação de política pública na área de educação profissional e sinalizam para um modelo tripartite de participação, como forma de se assegurar a adequação dessa política aos interesses dos trabalhadores.

Podemos identificar, atualmente, a participação dos trabalhadores brasileiros em programas institucionais nos quais se discute a educação básica e a formação profissional, mas, segundo as próprias entidades, a participação dos trabalhadores na formulação das políticas educativas tem se dado em decisões parciais e periféricas, não nas centrais e estratégicas. Essa constatação nos alerta para a necessária problematização da questão.

São grandes as dificuldades, em uma sociedade autoritária e excludente como a brasileira, de se construir acordos que sejam suficientemente amplos para incluir os diferentes interesses em jogo na sociedade. Mais difícil ainda é construir sustentação social para as políticas públicas. Porém, observam-se nos últimos tempos algumas ações que, do nosso ponto de vista, podem ser identificadas como tentativas de construir políticas públicas nessa direção.

Situa-se nessa perspectiva o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, quando da elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Para nós, esse Fórum constituiu-se em um significativo movimento de concertação, que permitiu a setores progressistas da sociedade civil fortalecer seu protagonismo. O Fórum congregou entidades de diferentes tipos (sindicais, científicas, etc.), e, com a assessoria de parlamentares progressistas de diversos partidos políticos, formulou um projeto de lei que, apesar dos muitos conflitos, consegue garantir pontos-chaves na nova reforma do ensino.

Essa experiência ajuda a explicitar o objetivo deste estudo, de buscar subjacente às propostas das entidades de trabalhadores os elementos comuns para se tecer a proposta da *educação do trabalho*. Dessa perspectiva, o consenso não elimina o conflito, pois é a participação dos atores envolvidos que vai assegurar a sua possibilidade em cada momento histórico. Por isso, a democracia se coloca como condição para a efetivação desse tipo de estratégia.

Zappatta (1996) fertiliza esta discussão, buscando explicitar o significado do sistema de relações de trabalho na atualidade, evidenciando que ele se concebe como um espaço de regulação do conflito industrial que tem dado lugar à concertação entre os atores sociais, econômicos e políticos na formulação e implementação da política macroeconômica.

Esse novo tipo de sistema de relações trabalhistas tem resultado numa politização das relações industriais, embora não generalizadas na sociedade capitalista, e tem se traduzido numa tendência à concertação. Da perspectiva do autor, essa dinâmica tem limitado os atores políticos e sociais nacionais e tem traduzido a política econômica como algo que supera o estritamente econômico, envolvendo, entre outras, a elaboração da política educativa.

Nesse contexto, a concertação é uma versão ampliada do que eram os sistemas de relações industriais, nos quais só os assuntos concernentes a questões de salários e de condições de trabalho eram discutidos na negociação dos contratos coletivos. Os acordos de concertação tendem a ir além dos contratos coletivos, porque incluem assuntos de política macroeconômica, objetivos de educação e treinamento, metas habitacionais e de saúde, etc.

O autor constata que, desta forma, as relações de trabalho estão incluídas na arena política de uma forma muito mais pronunciada que no período precedente; no entanto, esse desenvolvimento tende a deixar o movimento operário descolado do movimento social, arquivando suas demandas e restringindo a sua participação às lideranças.

Analisando a experiência brasileira de Câmaras Setoriais, Arbix (1996) busca recuperar o processo de nascimento da câmara do setor automotivo, destacando as tensões então existentes entre os representantes do Estado, do Capital e do Trabalho, e que, do seu ponto de vista, foram equacionadas de um modo novo em 1991.

Segundo o autor, a substituição da lógica do confronto, que havia marcado toda a década de 80, pela “cooperação conflitiva” só pode ser parcial e momentânea, devido às resistências políticas à concertação tripartite, chegando ao ponto de praticamente banir a câmara setorial como um espaço permanente de negociação.

Para Arbix, trata-se de uma das experiências institucionais mais marcantes dos anos 90 e pautou-se pela inclusão democrática de representantes dos trabalhadores, voltando-se, pela primeira vez na história do Brasil, para a elaboração e implementação de uma política industrial.

Esse mecanismo institucional, de negociação tripartite foi criado no final de 1991, na 2ª. fase do governo Collor, e viveu um período virtuoso durante 1992 e meados de 1993. Segundo o autor, nesse momento o governo não contava com a capacidade para assumir plenamente seu papel dirigente na sociedade, em uma situação em que o livre jogo do mercado acentuava ainda mais a crise da indústria, e os diversos segmentos do setor industrial demonstravam capacidade de organização, de articulação e de representação dos seus interesses.

Arbix assinala que as Câmaras incluíam a abertura de um processo de discussão sobre a situação do setor, que tinha no horizonte a possibilidade de celebração de um acordo entre as partes, e que duas alterações de qualidade são introduzidas com o seu surgimento e contrastavam com o comportamento geral do governo Collor. Primeiro, enfatizou a negociação como forma de elaboração de políticas, dispondo-se a dividir responsabilidades e abrindo mão de prerrogativas legais do poder estatal. Segundo, condicionou a negociação à inclusão de representantes dos trabalhadores, atribuindo às Câmaras um inédito caráter tripartite.

Por isso, conclui o autor que a sua visão se distancia de análises que procuram apresentar as Câmaras atuais apenas como uma versão adocicada pela participação dos sindicatos, de mecanismos de intermediação de interesses recorrentes na história do Brasil.

Como se vê, os mecanismos de participação via concertação são complexos e supõem, inclusive, que o movimento sindical supere as fronteiras sindicais. De um lado, é preciso estar atento ao superdimensionamento do papel do Estado na conformação dos mecanismos de concertação e de intermediação de interesses, o que pode dotá-lo de uma estratégia capaz de controlar os setores organizados da sociedade, sem, no entanto, partilhar, com os trabalhadores, o processo de elaboração e interpretação das regras que conformam as relações de poder.

De outro lado, é preciso entender que, embora a concertação possa se constituir em um mecanismo de elaboração conjunta de políticas no qual as principais organizações de interesse participam do processo decisório, a conjuntura atual, com alto grau de incerteza, tanto em termos das relações de trabalho, quanto do emprego, cria condições favoráveis a um comportamento conservador, por parte do trabalhador.

Entretanto, os trabalhadores brasileiros entendem que é preciso “conc(s)ertar” as políticas educativas no Brasil, não apenas ampliando a consulta aos atores sociais, mas possibilitando uma participação efetiva. Para nós, isto implica, antes de mais nada, um consenso entre as entidades de trabalhadores, com vistas à construção do núcleo central da política de educação profissional na perspectiva da *educação do trabalho*.

Mas, como sabemos, o Executivo encontra-se refratário à participação, optando pelo mecanismo de Medidas Provisórias, como forma privilegiada de fazer as reformas no âmbito da educação profissional. Por isso, é preciso estar atento para identificar as dificuldades e insuficiências do mecanismo de concertação frente a uma conjuntura de profundas restrições ao trabalhador.

Isto sinaliza para a necessária integração de ações de negociação e ações de confronto. A fala de um dos entrevistados desse estudo, do MST, explicita a direção apontada: “A gente tem que bater no Estado e participar. Pau e prosa. Você faz a marcha, ocupa e depois articula. Brigar e fazer junto. O Estado não tem capacidade de fazer tudo. (...) Eles têm o dilema: se a gente apóia, eles ficam mais fortes e vão exigir mais reforma agrária. (...) Só abrem por pressão social”.

### **A educação profissional deve se integrar organicamente à educação básica**

O elemento destacado constituiu um verdadeiro divisor de águas em relação às propostas até então existentes. É ele que permite superar a concepção estreita de educação profissional vigente até hoje.

É importante observar, inicialmente, que as entidades concebem a formação profissional como educação profissional. Esse sentido está relacionado à necessária integração entre formação profissional e educação básica.

O posicionamento da FORÇA sintetiza a questão: “A educação profissional é um direito de todos os trabalhadores, fator de enriquecimento pessoal e instrumento básico para o exercício da cidadania, devendo ser sempre complementar à escolaridade formal e nunca substitutiva desta. Dentro desta concepção, a formação profissional tende a ser cada vez mais educação profissional, integrando-se, portanto, ao sistema educacional, tendo como premissa a escola pública, gratuita e de qualidade, de forma a permitir ao trabalhador elevar constantemente seu nível de escolaridade” (3º Congresso Nacional, p. 3).

Para os trabalhadores, a defesa de uma educação profissional integrada à educação básica pressupõe, de um lado, a defesa do acesso e permanência na escola, para todos, e, de outro lado, implica na defesa de uma educação profissional que integre a prática do trabalho e a aprendizagem do trabalho. O

nosso estudo, como já assinalado, evidenciou esta questão no âmbito da educação profissional de nível médio.

Os estudos sobre o ensino médio no País evidenciam que os problemas existentes nesse nível do ensino desde sua origem até o momento atual ainda não encontraram respostas que realmente levassem à necessária mudança em sua concepção e estrutura. Ele nunca foi pensado como um projeto abrangente e de longo prazo, convertendo-se em uma educação não apenas excludente, mas também insuficiente, reforçando as desigualdades econômicas e sociais que caracterizam a nossa sociedade. Além do mais, nunca foi considerada a importância da participação dos trabalhadores, em especial de suas entidades representativas, para a elaboração desses projetos, o que poderia assegurar uma maior eficiência e democracia em sua implementação.

Desse modo, somam-se aos problemas historicamente acumulados na educação os desafios postos pelo processo de reestruturação produtiva em curso, deixando os trabalhadores brasileiros em uma situação de extrema desvantagem, em termos do domínio de conhecimentos e competências necessários a uma inserção crítica e criativa no mercado de trabalho.

Nas propostas das entidades aparecem os dois aspectos da questão: a defesa, a partir de políticas governamentais de crescimento das vagas na rede pública, de ampliação do ensino médio, e a necessidade de se levar em conta a demanda de preparação dos jovens para o trabalho. O desafio de se implementar esse projeto, em especial quando pensamos no ensino médio, considerado patamar básico para inserção no mundo moderno, é enorme e sinaliza para a necessária ação estratégica do Estado, para garantir os interesses gerais, evitando, dessa maneira, submeter a educação aos interesses do mercado.

A direção apontada nas propostas das entidades é clara e consensual, ou seja, a educação profissional no tocante à qualificação e à formação dos trabalhadores tem de ser acompanhada por um sistema educacional básico de qualidade, com ampla e sólida base de conhecimentos científicos e tecnológicos, aliada a uma formação humanística que os transformem em trabalhadores-cidadãos com as qualificações exigidas.

### **A escola deve ser pública, gratuita, unitária e politécnica**

O protagonismo dos trabalhadores na construção de uma política de educação profissional encontra como desafio fundamental a luta pela escola pública, gratuita e de qualidade. Essa luta implica, antes de mais nada, em difundir, no interior do próprio movimento sindical e popular, a necessidade dessa luta e

a sua articulação com as ações cotidianas do movimento, na luta contra o desemprego, por melhores condições de trabalho, etc.

Para tanto, é necessário não apenas identificar o caráter estratégico que a educação apresenta hoje, para inserção no mundo do trabalho, mas, sobretudo, compreender e resgatar o espaço do público, como espaço do direito, da cidadania. Ou seja, não é suficiente ter a consciência do público, é preciso construir um projeto social, no embate político e cultural.

Sem dúvida, um dos impactos mais profundos desta nova etapa de desenvolvimento capitalista sobre a educação é o impacto das inovações tecnológicas sobre o trabalho humano, tanto em termos de sua natureza, quanto de seu conteúdo, embora, como sabemos, essas mudanças tenham produzido impacto no conjunto das relações sociais.

Do ponto de vista específico da educação do trabalhador, as novas formas de divisão e organização do trabalho trazem, como vimos, novas demandas de conhecimento, requerendo uma nova base de qualificação, com repercussões positivas e negativas para o conjunto da classe trabalhadora.

Quando se analisam as premissas da educação profissional expressas no pensamento das entidades, encontramos, em todas elas, o elemento central ou núcleo dessa escola: o trabalho é o princípio educativo, organizador da estrutura, currículo e métodos do ensino em geral e da formação profissional.

As propostas das entidades apontam para a educação integral e a politecnicidade, ao mesmo tempo em que associam essa formação à construção da escola unitária, sobretudo no que se refere à construção crítica da relação trabalho/educação, cuja ênfase deve residir na constituição de novas relações sociais.

A formulação da CUT ajuda a encaminhar a questão. “A superação do antagonismo entre formação geral e formação técnica exige a defesa de uma educação democrática, a organização de uma escola básica unitária, entendida como unidade que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e médio, incluídos nesse nível de escolaridade os objetivos adicionais de educação profissional. Essa é a escola capaz de viabilizar a formação integral ou politécnica para a classe trabalhadora (*Informacut*, n. 257, p. 23).

A proposta dos trabalhadores brasileiros é de contrapor o ensino politécnico ao ensino profissional, estreito, defendido por aqueles que pretendem formar novos especialistas para a dinamização do processo produtivo. Dessa perspectiva, o primeiro aspecto fundamental destacado é o da necessidade de uma sólida instrução geral como parte da formação politécnica.

A direção indicada pelos trabalhadores é de manutenção da rede de educação profissional, com a democratização e revitalização de escolas técnicas



estaduais e federais, nos diferentes ramos da economia, integrada à rede de educação geral, rompendo com o dualismo existente, a partir da articulação das duas redes.

No quadro educacional brasileiro atual, são essas escolas as que portam as possibilidades mais concretas para efetivar uma proposta de ensino politécnico para o país. Isto significa que o ensino politécnico deve e pode se implementar em toda a educação média. As entidades evidenciam preocupação com a necessidade de se formular esta proposta, pois entendem que não é suficiente mais instrução ou o aumento na escolaridade dos trabalhadores, fazendo-se necessário instaurar um ensino de tipo novo, o que supõe a necessidade de estabelecer elos significativos entre a pedagogia escolar e a pedagogia do cotidiano. Esse vínculo, entre o saber produzido nas relações sociais e o saber sistematizado, constitui o verdadeiro ponto de partida para a produção de novos saberes, valores, comportamentos, etc., o que possibilita a produção de novas relações sociais.

### **Os fundos públicos para financiamento da política de educação profissional devem ter controle social**

Um outro elemento fundamental que se pode extrair na análise das propostas das entidades e que compõe o núcleo central da política de educação profissional é o fato de que os trabalhadores devem participar da gestão dos recursos públicos para financiamento de políticas públicas.

Observa-se, em relação a essa questão, que as propostas sinalizam para dois problemas fundamentais. O primeiro, diz respeito à não-prioridade do governo em ampliar o financiamento da educação básica para além do ensino fundamental. O segundo, se refere à destinação dos recursos públicos para financiamento da educação profissional, prioritariamente para entidades privadas, especialmente o denominado sistema S, e sem controle público.<sup>3</sup>

É importante lembrar que no Brasil os trabalhadores têm sido sistematicamente marginalizados dos serviços educacionais organizados pelo sistema educativo. Nesse sentido, o Sistema S, alternativa criada pelo empresariado para preparar de forma rápida a mão-de-obra qualificada de que necessitam, tem se constituído, ao longo de sua história, em uma alternativa educativa para a classe trabalhadora, em especial os trabalhadores urbanos. Tal não justifica, no entanto, o privilegiamento desse sistema, no que tange à destinação de recursos públicos, mediante convênios de diversas naturezas e, muito menos, a falta de controle social sobre eles.

Além do mais, é preciso assinalar que essa alternativa acabou por constituir um novo dualismo, com a criação de duas redes de educação profissional. A proposta do sistema S tem por objetivo preparar a mão-de-obra de que o mercado necessita e constitui uma modalidade descompromissada com o ensino formal, enquanto responsável pela sua oferta e financiamento; no entanto, supõe esse tipo de ensino como requisito, assumindo as demandas sociais colocadas no contexto atual.

As entidades propõem transformar o atual modelo de gestão do sistema S, mantido com fundos públicos, por uma gestão democrática, articulada e gerida de forma paritária pelos diferentes atores sociais. Integrada a esse processo de gestão defendido pelos trabalhadores está a luta por mais verbas para a educação e a luta pela gestão democrática da escola, entendendo que o financiamento das políticas públicas pelo Estado passa pelo processo de intervenção dos atores sociais na políticas de orçamento dos governos estaduais e municipais. Observa-se que o que está subjacente à proposta dos trabalhadores é a defesa do público, enquanto espaço de cidadania, com vistas a potencializar e valorizar os recursos disponíveis na área.

Um outro aspecto a ser destacado, no tocante ao financiamento da educação profissional, especialmente no sistema formal de ensino, é a presença de agências de financiamento externo, como é o caso do Banco Mundial.

Não é nova nem tem sido periférica a ação das agências internacionais nas políticas educativas no Brasil e na América Latina em geral. O caráter estratégico e o alcance estrutural das políticas educativas, financiadas por esses organismos, sinaliza, no momento atual, para um alinhamento da educação ao processo de globalização, com a prevalência do econômico sobre os direitos sociais. Isto implica exigir maior transparência dessas políticas e empréstimos, através do debate com o governo, e exigir a participação dos trabalhadores.

Os trabalhadores precisam ter uma ação decisiva no campo de controle social dos fundos públicos. A recente demanda das Centrais Sindicais pelo controle dos recursos e políticas de formação profissional oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT pode ser uma experiência significativa nessa direção.

### **A política de educação profissional deve estar articulada à política de educação básica e à política de emprego e renda**

O elemento destacado é fundamental na perspectiva da política de educação profissional dos trabalhadores. É ele que permite estabelecer organicidade entre políticas e órgãos do governo, relativos à educação profissional, e, portanto, assegurar a concreticidade dos seus resultados.

A análise da experiência brasileira expressa o distanciamento, historicamente existente, entre o sistema educativo e o mundo produtivo. Mantém-se, de forma dissociada, uma esfera do governo responsável pela educação formal e pela educação profissional nesse âmbito (Ministério da Educação e do Desporto - MEC), e outra esfera do governo, responsável pelas questões relativas ao trabalho, e que mantém a educação profissional como forma de atender às demandas imediatas do mercado de trabalho (Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE).

Essa situação tem gerado a dissociação das políticas de educação profissional, tanto da política de educação básica, em geral, quanto da política de emprego, se é que podemos afirmar a existência atual de política na área de emprego. De um lado, a política atual do MEC acentua a dissociação entre a educação geral e a educação profissional, propondo que a educação profissional de nível básico seja desvinculada da escolaridade, e que a modalidade técnica seja desenvolvida em sistema independente do ensino médio. O MTE, por outro lado, afirma a necessidade da educação profissional integrada à educação formal, mas a sua atuação se restringe à oferta de cursos rápidos de qualificação, sem essa vinculação.

Desse modo, tem-se, no âmbito do MEC, uma educação profissional estreita, visto que desvinculada de uma formação geral ampla que dê suporte à questão técnica, e, no âmbito do MTE, assiste-se à proliferação de cursos rápidos de qualificação, também desvinculados da escolaridade, e que produzem um embaçamento ideológico significativo, ao difundir a crença de que preparam para o ingresso e reingresso no mercado de trabalho.

Os trabalhadores não negam a importância da realização de tais cursos para o processo de qualificação do trabalhador, mas têm clareza de que não cabe à educação profissional resolver o problema do desemprego, embora ela constitua um elemento fundamental na concepção e implementação de uma política de emprego e renda.

Nesse sentido, as entidades sinalizam para a necessidade de oferta da política de educação profissional, por sindicatos, empresas e outras instituições sociais, nos diferentes níveis e modalidades, associada ao aumento do nível de escolaridade da classe trabalhadora, sem o que se pode estar preparando o trabalhador para processos de trabalho em extinção.

Os trabalhadores se percebem como atores do processo de implementação da política de educação profissional e entendem ser necessário exigir o seu aprofundamento, tanto em termos de criação de uma política de emprego e renda para o País, que dê conseqüência à política de formação profissional em curso, quanto de articular as políticas de educação profissional existentes na esfera governamental.

## **A educação profissional deve integrar a pauta de negociação dos trabalhadores**

A demanda por educação tem sempre figurado nas propostas dos trabalhadores; entretanto, não se tem observado, historicamente, uma vinculação importante entre tal reivindicação e o conjunto dos problemas centrais colocados pelos trabalhadores, em suas lutas cotidianas. Desse modo, o elemento destacado se alça à posição central, uma vez, que este tem sido o mecanismo que tem traduzido a importância e a concreticidade das lutas dos trabalhadores.

Entretanto, este quadro está mudando, sobretudo pelas novas relações estabelecidas entre qualificação e emprego. Observa-se que é crescente a participação dos trabalhadores na discussão sobre formação profissional e que esta tem levado à defesa de plataformas comuns entre as Centrais, entre elas a criação de um programa de formação profissional para o Brasil, elaborado e discutido com a participação da sociedade, passando a educação profissional a ser um dos pontos da pauta de negociação apresentada pelos trabalhadores.

Observa-se, nas propostas das entidades, que a educação profissional deve orientar-se em princípios de educação continuada e permanente, constituindo tema para uma agenda de participação dos trabalhadores a luta pela democratização do Ensino Médio para jovens e adultos e da Educação Profissional a ele vinculada.

Pode-se observar, nas propostas das entidades, a explicitação de dois eixos que devem nortear a construção de uma pauta de negociação dos trabalhadores em relação à educação profissional: o seu caráter público e a sua democratização.

Isto significa, entre outras coisas, que as demandas sociais básicas dos trabalhadores não devem se subordinar aos ditames de natureza econômica; que a educação básica, e a educação profissional a ela articulada, é um direito de todos e um dever do Estado, devendo ser democrática e socialmente controlada, inclusive as ações privadas, que devem ser entendidas como concessão de serviço público.

### **Considerações finais**

Este estudo cumpre o objetivo de identificar nas propostas educativas dos trabalhadores os elementos constitutivos para uma política de educação profissional de nível médio no Brasil, ao mesmo tempo em que introduz a possibilidade de continuidade do processo de reflexão, com iniciativas de

investigação que possam sugerir a busca de interlocutores no conjunto da sociedade, integrando e ampliando os esforços no sentido de se consolidar propostas e práticas protagonizadas pelos trabalhadores.

Os dados apresentados pelas entidades nos permitem afirmar que a educação formal vem se constituindo em preocupação crescente dos trabalhadores e que as experiências existentes nesse campo revelam o surgimento de elementos capazes de construir uma proposta efetiva, ainda que embrionária, da *educação do trabalho*.

Há uma preocupação do movimento popular e sindical brasileiro com a problemática educativa, e as análises realizadas evidenciaram que a preocupação com a educação formal, para a maioria das entidades, aparece de forma significativa nesse momento atual, associada às transformações no mundo do trabalho.

Pode-se depreender a partir das análises realizadas neste estudo que a *educação do trabalho* parte da valorização da escola pública, da necessidade de garantir o acesso dos trabalhadores à educação formal, não como forma de adequá-lo aos objetivos de produtividade do capital em sua fase atual, mas como forma privilegiada de assegurar ao trabalhador um conjunto de conhecimentos tecnológicos, científicos, filosóficos, etc. que lhe possibilitem, a um mesmo tempo, uma melhor inserção no mercado de trabalho, mas, sobretudo, a constituição de uma cidadania efetiva que o instrumentalize para a compreensão, crítica e transformação do mundo do trabalho.

Nesse sentido, esta concepção se contrapõe à subordinação da escola à produção, e por isso problematiza o sentido atribuído à qualificação do trabalhador, questionando, entre outras coisas, se os traços organizativos e comportamentais que colocam o trabalhador a serviço da empresa, tais como a motivação ou a integração aos valores empresariais, se constituem em qualificação, se a polivalência da perspectiva da *educação do capital* representa, realmente, uma maior intelectualização do trabalho. Sabemos que a polivalência é uma das lutas históricas do trabalhador contra a desqualificação imposta pelo taylorismo; todavia, a polivalência defendida pelo capital nem sempre demanda maior qualificação técnica, resultando, muitas vezes, em mera intensificação do trabalho.

Não se pode, por conseguinte, considerar que a tendência ao aumento da qualificação é resultante apenas das demandas técnicas. É preciso considerar também que, ainda que não se configure como necessidade, o aumento de qualificação passa a ser exigida por questões de hegemonia e de mercado. Nesse sentido, se os problemas públicos, como o desemprego, oriundos da estrutura social são vivenciados como problemas individuais, isso dificulta a ação coletiva e, por conseguinte, as propostas de mudança na estrutura social.

Em suma, o atual sistema produtivo não tem como apresentar soluções relevantes para solucionar os problemas relativos à inserção do trabalhador no mercado de trabalho, mas, ainda assim, é possível construir uma concepção e uma prática de educação profissional que atenda aos seus interesses e que o instrumentalize para se confrontar de forma mais adequada com o mercado, sem, contudo, depositar sobre ela uma esperança excessiva, desconhecendo as contradições imanentes a esta etapa do capitalismo. Por isso, a qualificação tem um papel importante não apenas para inserção no mercado, como também no sentido de aperfeiçoar competências para o confronto.

A contribuição do movimento sindical e popular brasileiro, na luta pela educação profissional no final deste século, supõe o desenvolvimento de ações que mobilizem os trabalhadores, nos diferentes papéis sociais que eles exercem, com relação ao contexto educativo – de pai e mãe de aluno da escola pública; de aluna e aluno da escola pública; trabalhador e de trabalhadora da escola pública – para disputar a direção ético-política das reformas educativas, fazendo avançar o seu projeto social, rumo à transformação social.

### Referências bibliográficas

- ANTUNES, R., *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.
- CARVALHO, Olgamir. *Preparar para o trabalho e para o tempo livre: tensões e desafios da educação profissional no Brasil no final do século XX, na perspectiva dos trabalhadores*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1999.
- DAL ROSSO, Sadi. *A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu*. São Paulo: LTr, 1996.
- FILMUS, D. *Demandas populares por educación: el caso del movimiento obrero argentino*. Buenos Aires: AIQUE, Argentina, 1992.
- FREYSSENET, M. *Performances économiques et formes sociales d'automatisation*. Paris: CNRS, France, 1992.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998 (Coleção Estudos Culturais em Educação).
- GENTILI, P. *Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora*. 1997 (mimeo) ANPED.
- KISSLER, L. *Modernização Industrial através da participação dos trabalhadores?*. Brasília, DF: IPEA, maio, 1992.
- MANFREDI, S. *Formação sindical: história de uma prática cultural*. São Paulo: Escrituras, 1997.
- MATTOSO, J. E. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- OLIVEIRA, M. *Reestruturação produtiva e relações de trabalho: tendências internacionais e o cenário brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1996 (mimeo).

- RIFIKIN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron, 1995.
- ROPÉ, Françoise & TANGUY, Lucie (Orgs.). *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Tradução de Patrícia Chitoni Ramos e equipe. Campinas, 1997.
- SCHUMANN, M. *Tendência da Produtividade industrial na perspectiva do fim da divisão do trabalho*. Brasília, DF: IPEA, 1992.
- UNITRABALHO. *Avaliação da Política Nacional de Educação Profissional - Relatório I*, Ana Maria Saul, Lúcia Helena Lodi, Maria Ciavatta Franco, Ozir Tesser (coordenação), Brasília, 1997.

## Notas

1. “Preparar para o trabalho e para o tempo livre: tensões e desafios da educação profissional no Brasil no final do século XX, na perspectiva dos trabalhadores”- UNICAMP, SP, 1999.
2. Compuseram a amostra as seguintes entidades: Organização Internacional do Trabalho-OIT; Central Única dos Trabalhadores-CUT; Força Sindical-FORÇA; Confederação dos Trabalhadores em Educação-CNTE; Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional-SINASEFE e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST.
3. “O Sistema S” é uma expressão que vem sendo usada para identificar as alternativas educacionais oferecidas por iniciativa do empresariado. São entidades de direito privado, integrantes do Sistema das Confederações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, tais como: SENAI/SESI, SENAC/SESC, SENAR, SENAT/SEST E SEBRAE.

*Recebido em: 06.07.2000*

*Aceito em: 29.09.2000*

